

---

Saquear a povoação, roubar as mulheres e se reunir com os castelhanos: Seduções, boatos e insurreições escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade dos oitocentos

Plunder the village , stealing women and meet with the Castilians: Seductions, rumors and slave uprisings in Rio Grande do Sul in the second half of the eight hundred

---

Paulo Staudt Moreira\*

“Nenhum lugar é um lugar qualquer”.  
(Milton Hatoum. Cinzas do Norte)

**Resumo**

O objetivo deste artigo é abordar os movimentos insurrecionais promovidos por escravos na então província do Rio Grande de São Pedro, parte meridional do Império brasileiro, zona de litígio e beligerância constante, fronteira com argentinos, paraguaios e orientais (uruguaios), na segunda metade do século XIX.

**Palavras-chave:** Insurreições, escravidão, fronteira.

**Abstract**

The purpose of this article is to address the insurrections promoted by slaves in the then province of Rio Grande de São Pedro , Southern part of the Brazilian Empire, a litigation zone and constant belligerence, bordering Argentina, Paraguay and Uruguay), in the second half of XIX century

**Keywords:** Insurrections, slavery, border.

---

\* Doutor em História. Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: moreirast@terra.com.br

Indubitavelmente ações coletivas como as insurreições não aconteceram corriqueiramente. Elas requeriam planejamento delicado, lideranças prestigiosas, grupos promotores com razoável capacidade organizativa e união interna, conjuntura adequada. Havia muito a perder: as conquistas duramente negociadas em cativeiro, as relações familiares e de parentesco, a manutenção de relações afetivas, a própria vida. Portanto, os cativos não se envolviam em empreitadas deste tipo tão facilmente.<sup>1</sup>

O segredo era ingrediente essencial destas mobilizações. Só aos iniciados, àqueles que mereciam a credibilidade dos *cabeças*, é que os planos seriam confiados na sua íntegra. Certamente muitos planejamentos não saíram da mente de seus idealizadores ou não foram concretizados por fatores diversos. Tais cuidados eram importantes e válidos, tanto é assim que os episódios que abordaremos, em sua grande maioria, foram denunciados antes que ocorressem de fato, mostrando que mesmo os maiores cuidados não foram suficientes.

Procuramos nos cercar do maior número e tipo de fontes possíveis, mas evidentemente os documentos mais manuseados são os produzidos por indivíduos inseridos nos órgãos responsáveis pelo controle social – “Mais uma vez a história dos dominados vinha à tona pela pena dos escrivães de polícia”.<sup>2</sup> Mas ao cruzarmos documentos diversos pudemos visualizar que existem diferentes itens que são destacados em uns e descartados ou obliterados em outros, assim como um certo atenuamento das ocorrências, quando relatadas em jornais e relatórios de presidentes de província.<sup>3</sup>

Conforme Emilia Viotti da Costa, que pesquisou a revolta de Demerara, a insurreição era uma *empreitada arriscada* e “a experiência mostrava que a

<sup>1</sup> Através do Relatório do Ministro da Justiça de 1865, o governo imperial admitiu a ocorrência de 63 insurreições escravas em todo o Brasil no ano anterior. (MOTTA, Isadora Moura. *O ‘vulcão’ negro da Chapada: rebelião escrava nos sertões diamantinos*. Campinas, PPGH/UNICAMP, 2005, p. 11. [Dissertação de mestrado])

<sup>2</sup> REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do levante dos Malês em 1835*. Edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 10.

<sup>3</sup> Conforme Maria Helena Machado: “No entanto, porém, a checagem dos dados contidos nos papéis policiais frente ao material jornalístico indica que uma das táticas da polícia era manter os assuntos mais explosivos sob censura. Muitas vezes mal informados sobre a extensão dos eventos ocorridos em torno da questão servil, as informações contidas nos jornais chocam-se com aquelas encontráveis nos papéis policiais, sobretudo naqueles intitulos reservados. Aspecto fundamental, a questão da censura condicionou não apenas a divulgação das informações nos jornais da época como também os trabalhos historiográficos que se limitaram à análise das fontes impressas, seja dos jornais, seja dos relatórios oficiais. Apenas o levantamento de todo o circuito da produção documental, da mais cotidiana, referente à troca de correspondência entre as baixas instâncias da polícia, por exemplo, das subdelegacias às delegacias, às mais reservadas, trocadas entre as chefias da polícia, e entre estas e os ministérios, juntamente com a checagem dos relatos, reminiscências dos contemporâneos e artigos de jornais, podem propiciar um quadro mais realista das ocorrências das revoltas escravas deste período”. (MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, p.73)

rebelião era possível, mas a repressão implacável. De modo que a maioria dos escravos preferia outras formas de resistência. Fugir era uma das estratégias usadas”.<sup>4</sup> Mas, como a mesma historiadora aborda, fuga e rebelião não eram opções inconciliáveis, ainda mais em locais fronteiriços com países que haviam já abolido a escravidão antecipadamente e ansiavam em desestruturar seus vizinhos ambiciosos e imperialistas, como o Brasil.<sup>5</sup>

Apesar de tratarmos com documentos que versam sobre tentativas insurrecionais abortadas pelas autoridades (polícia e Guarda Nacional) e elites locais, nos pronunciamos antecipadamente de que julgamos que não se trataram, na sua maioria, de meros delírios senhoriais. Não que também os medos não sejam pistas interessantes para se rastrear as realidades históricas, já que cutucam “com vara curta os temores mais íntimos da camada senhorial”.<sup>6</sup> A insurreição podia não ser *real* (ou estar ainda imatura), mas era concreto o temor de que ela acontecesse. Mas acionar o “medo branco da rebelião negra”<sup>7</sup> não podia ser feito sem riscos. Autoridades eram mobilizadas, tropas eram municadas, cativos eram castigados, comunidades se alteravam.

### **Os negros da Costa para Infantaria e os crioulos para Cavalaria: Gravatai – 1863**

Em um domingo, 30 de agosto de 1863, o sargento José Antonio de Oliveira, cumprindo ordens de seus superiores, saiu em busca dos *negros insurgentes* que trilhavam o distrito de Santa Cristina. Entre às 14 e 15 horas o sargento encontrou os sete insurgentes acoutados em um banhado dentro dos poteiros da propriedade de D. Joaquina Constancia e do Capitão Israel de Souza Bitencourt. Os sediciosos, segundo o sargento Oliveira, resistiram “com armas de fogo disparando-nos tiros e em conseqüência da resistência lhes mandei fazer fogo”, morrendo no confronto dois dos apontados como cabeças do movimento (Alexandre e Nazário), sendo aprisionados outros três

---

<sup>4</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 107.

<sup>5</sup> Diz Viotti da Costa (Ibidem, p. 109) sobre rebelião e resistência cotidiana: “Mas essas duas formas de protesto não devem ser vistas como mutuamente excludentes. Embora nem todo ato de resistência leve à rebelião, sem atos de desafio e sabotagem diários e persistentes a rebelião seria difícil, se não impossível. Foi na resistência cotidiana que os escravos reafirmaram o apego aos seus ‘direitos’ e testaram os limites do poder senhorial. Foi na resistência cotidiana que o ressentimento dos escravos cresceu, que laços de solidariedade se fortaleceram, que líderes se formaram e que atos de desafio individuais se converteram em protesto coletivo”.

<sup>6</sup> MACHADO, op. cit., p. 48.

<sup>7</sup> REIS, op. cit., p. 118.

(Antonio, Jose e Luiz), conseguindo escapar dois (Bento e Manoel). Foram apreendidas quatro armas de armas de fogo, duas facas e um facão.<sup>8</sup>

Segundo as averiguações policiais, desde pelo menos maio daquele ano os cativos da fazenda de Francisco Maciel *aliciavam* escravos dos arredores para promover um levante contra os senhores, tomar armas e dinheiro e reclamar depois sua liberdade, “exigindo-a pela força se lha não dessem”. A fazenda de Maciel localizava-se na Aldeia dos Anjos – atual Gravataí –, não muito distante da capital da província, mas aproveitando os *passeios* de domingo os cativos já haviam angariado *cúmplices* no Pinhal, Passo Grande e Sapucaia.<sup>9</sup> O plano dos insurgentes não contemplava, num primeiro momento, dirigirem-se para a fronteira. Iriam reunir-se no Passo do Butiá, onde se *alistariam*, indo acampar no Campo do Cará,<sup>10</sup> “para no domingo 30 atacarem a povoação da Aldeia, seguindo depois para o Passo Grande onde reunidos todos, deviam marchar para a capital”.

Gravataí era, na época, distrito de Porto Alegre, tornando-se Vila apenas em 1880 (Lei 1.247, de 11.06.1880). Considerando os dados de 1858 os três distritos que compunham a Aldeia possuíam uma população total de 5.398 habitantes, dividida em 3.887 livres (72%), 109 libertos (2,02 %) e 1.391 escravos (25,77 %).

Quatorze cativos foram considerados pelas autoridades como implicados como cabeças ou *cúmplices* da sedição. Dois deles morreram no embate com a polícia e deles infelizmente pouco sabemos: Nazário deveria ser crioulo, pois era descrito como *mulato* ou *pardo*. Os doze restantes foram removidos para a capital da província, devidamente castigados e processados. Eram oito crioulos e quatro africanos.

Os quatro africanos (Antonio, Manoel Capitão, José e Luiz) eram do serviço de roça e lavoura, e em algum momento dos seus depoimentos foram considerados naturais da Costa da África. Entretanto, no desenrolar dos depoimentos que prestaram outras definições apareceram: Luiz era Moçambique,

<sup>8</sup> APERS - Sumários - Júri, POA, maço 35, Processo 1060; ANRJ - SJ/GM/OPPRGS - IJ1585 (ofício nº 208, de 29.08.1863). Ver: PEDROSO, Wagner de Azevedo. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2013. [Dissertação de Mestrado]

<sup>9</sup> Francisco Antonio Maciel faleceu em 13 de novembro de 1868. Era casado em segundas núpcias com Inácia Antonia de Jesus, com quem não tivera filhos. Do primeiro casamento tinha dois filhos: José Francisco Maciel e Belcino Antonio Maciel. Maciel deixou um plantel de 16 escravos, sendo 9 homens e 7 mulheres. APERS - Cartório Órfãos, Porto Alegre, Inventário nº 351.

<sup>10</sup> Um dos sediciosos diz que o local no campo chamava-se Figueira Grande.

José era Nagô, Manuel Capitão era português da Costa da África e Antônio aparece como Congo e uma testemunha o menciona como Angola.

Os oito crioulos também eram roceiros e lavradores, exceto Aniceto, de 20 anos, escravo de Januário Gomes Paim, que além de lavrador era campeão. Sete destes insurgentes nasceram na região onde promoveram o levante, sendo exceção apenas Feliciano, cativo de Antônio Paim de Andrade, nascido no Rio Grande do Norte, mas que residia na Aldeia há 7 anos mais ou menos.

Os cativos foram transportados para Porto Alegre onde foram devidamente castigados e processados. As culpas recaíram, principalmente, sobre o pardo ou mulato Nazario, escravo de Francisco Maciel o qual, aproveitando o *ajuntamento* da festa do Espírito Santo, em 24 de maio de 1863, *agenciou aliados*. Nas palavras das autoridades Nazario era o Chefe Supremo, Alexandre era o segundo em comando e outros funcionavam como pequenos chefes.<sup>11</sup> O *rompimento do sigilo*, entretanto, fez com que os cativos fugissem e fossem batidos pelo subdelegado, na margem esquerda do Rio dos Sinos. Como já vimos os líderes Nazário e Alexandre foram mortos ao resistirem à prisão e o subdelegado responsável tratou de informar o Chefe de Polícia que considerava difícil prender outros *cúmplices*, pois “poucos são os escravos que não sabiam da insurreição”.<sup>12</sup>

Como o plano inicial foi malogrado pela mobilização de policiais, guardas nacionais e dos próprios senhores, os envolvidos trataram de *fugir para o mato* e bolaram a alternativa de *irem para os castelhanos*, servindo Alexandre como *vaqueano*.

Assim como em outros *levantes* muitos dos envolvidos só saberiam na hora da eclosão do movimento de que algo drástico era planejado. O lavrador Antonio, um preto do Congo alegou nada saber, pois seus parceiros “não se fiaram dele respondente, por ser linguarudo”. No caso desta insurreição de Gravataí, o convite era para um *fandango*, e talvez para isso Nazário e outros já tivessem desviado das casas de seus senhores carne e milho.

Crioulos e africanos aparecem também neste levante numa ação conjunta, mas, segundo alguns depoimentos, divididos quanto a participação militar. Conforme depôs o preto Justo, seu parceiro Quinto lhe convidara

---

<sup>11</sup> O roceiro preto Bento, escravo de Francisco Maciel, de 23 anos, em seu depoimento destacou que a liderança da insurreição dependia do poder de agenciamento (mobilização) de cada envolvido, pois, *segundo o ajuste, quem tivesse mais gente seria o chefe*.

<sup>12</sup> Antonio, Bento e Luiz - incursos no artigo 113 do Código Criminal - foram condenados a 50 açoites cada e a trazer um ferro ao pescoço por 30 dias. Feliciano, Mateus, Aniceto, Manoel Rafael, Quinto, Claudino e Salvador foram absolvidos.

dizendo “que reuniam os negros da Costa para Infantaria e os crioulos para Cavalaria e que por isso ia saber disso para também se reunir, porque os brancos eram uns pelos outros, por isso os negros também deviam fazer o mesmo”. O crioulo Feliciano confirmou o depoimento de Justo, acrescentando que por isso deveriam escolher os *melhores cavalos*, “porque os seus companheiros lhe diziam que a Rainha em meados de setembro vinha a Porto Alegre e havia gritar liberdade e a vista disso não dessem que então iam brigar”.<sup>13</sup> *Da Costa* parece ser uma denominação usada pelos próprios escravos para definirem todos os da África, sem distinções de nações e procedências.

Esta divisão entre infantaria e cavalaria, se realmente ocorreria, não tinha relação com a ocupação dos envolvidos, pois constatamos que na maioria eram lavradores e roceiros. A figura da Rainha, que constou de dois dos depoimentos, é indício de que a figura da realeza – que possuía fortes precedentes na cultura africana –, tinha considerável força entre os escravos. Segundo Flávio Gomes, os escravos percebiam nas discussões sobre a emancipação, ocorridas na década de 1860 e que culminaram com a lei de 1871, vestígios de uma cisão entre o poder público (o Rei) e o privado (os senhores): “o Imperador libertara todos os escravos, e que só por despotismo dos senhores é que ainda se conservavam’. Aliás, os cativos condenados a galés perpétuas se consideravam pertencentes ao rei”.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> O réu Bento disse que, após se reunirem, os revoltosos viriam até o Presidente da Província “porque este lhes havia de dar suas cartas de liberdade”.

<sup>14</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 332. A insurreição do Serro, em Minas Gerais, deveria ocorrer no último domingo de outubro de 1864, mas os projetos dos cativos foram frustrados pela denunciada do carpinteiro Vicente, que foi alforriado como recompensa. O deputado provincial Rabelo achava que a insurreição era também provocada pelas leituras que os cativos faziam dos acontecimentos dos Estados Unidos. Em um domingo, na fazenda da Sesmária, vários líderes da revolta conversavam sobre o que diziam os jornais sobre a guerra e “que tinha vindo ordem para a liberdade dos escravos e que os brancos estavam escondendo esta ordem”. Apenas um africano aparece como líder desta insurreição. A possibilidade de obtenção de alforria através dos recursos próprios foi uma das justificativas mais usadas pelos cativos para se negarem a participar da revolta. Ao explicar o embasamento da condenação de um dos réus, Cabrinha, o Promotor Público do Tribunal de Relação de Diamantina mencionava a conjuntura da Guerra do Paraguai e de como no “sul do Império os inimigos, segundo consta dos jornais, sublevam grande número de escravos a insurgirem-se”. MOTTA, op. cit., pps. 71, 75, 82 e 95. Ver também: CARVALHO, M. J. M. *Rumores e Rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848*. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 49-72, 1998; PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família*. Campinas, PPGH/UNICAMP, 2005. [Dissertação de mestrado]

## A guerra nos castelhanos estava muito forte: Taquari – 1863 e 1864

Às vezes percebemos que temos formas de raciocínio demasiado esquemáticas para compreendermos o que ocorria entre os cativos, seus senhores e os vários profissionais encarregados da vigilância. Pensamos em termos de tipos rígidos de resistência escrava, quando os seus comportamentos eram bem mais fluidos e estratégicos, possuindo inúmeros estágios e mediações, de conformidade com as condições de êxito e fracasso. O caso a seguir, ocorrido nas imediações de Porto Alegre, ajuda a ilustrar o que estamos tentando dizer, caracterizando um processo de negociação entre escravos e senhores, que vai do acordo à desordem e à tentativa insurrecional.

No início do ano de 1863, a Secretaria de Polícia da Província recebeu informações de que escravos da fazenda Conceição, do cirurgião Antônio José de Moraes, em Taquari, haviam se rebelado, e imediatamente foram enviadas tropas e armamentos para a região. Na verdade, as autoridades não sabiam ao certo o que estava ocorrendo, com o Chefe de Polícia declarando haverem “indícios de insubordinação” e ordenando que os *cabeças* da revolta fossem remetidos para a Capital para serem interrogados e “descobrirem-se o intento que levam”, apesar de já terem prestado *obediência* e pedido *perdão* ao seu senhor, quando este compareceu a fazenda.<sup>15</sup>

O caso na verdade não configurava uma insurreição ou rebelião, mas uma disputa em termos da estruturação do poder na fazenda Conceição, da qual participavam os escravos como elementos ativos e participantes. Em negociações com o cirurgião Moraes – proprietário ausenteísta da fazenda – os escravos acertaram a demissão do capataz João, por maus tratos.<sup>16</sup> Entretanto, com a volta de Moraes para a sede do município, o seu filho (senhor moço) tratou de recolocar o capataz em seu cargo, desrespeitando os acordos feitos. João – elemento vingativo no dizer dos *cabeças* da *desordem* –, sem qualquer provocação por parte da escravaria, reuniu um grupo de homens e numa terça-feira à meia-noite cercou a senzala dando voz de prisão, que depois certamente seria complementada com castigos físicos.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> AHRS - Polícia, Secretaria, maço 5, ofício de 09.01.1863; ANRJ - SJ/GM/OPPRGS – IJ1585, ofício nº 64, de 11.01.1863.

<sup>16</sup> O escravo Francisco dizia que eles estavam “*jurados*” pelo capataz por terem feito *requerimento* ao proprietário da fazenda, reclamando “que tinha maltratado a gente, tirando até as rações para dar aos cachorros”.

<sup>17</sup> Dois *cabeças* da revolta foram interrogados em Porto Alegre e em seus depoimentos é que nos baseamos: Manuel (preto, 18 anos, solteiro, carreiro, nascido nesta Província, morador na fazenda Conceição há anos) e Francisco (32 anos, casado, alfaiate e hoje falquejador, natural de Maceió, morador na fazenda há 5 anos). Manuel e Francisco foram presos, amarrados e mantidos no tronco por dois dias e meio. AHRS - Polícia, Inquéritos, maço 3, Auto de Perguntas de 17.01.1863.

Chegando à janela da senzala, um dos homens deu voz de prisão respondendo de dentro os escravos que “não tinham cometido crime nenhum”, neste momento o cativo Justo “abriu a porta pela parte de dentro” e saiu portando uma faca. Como oito homens cercavam a senzala, provavelmente bem armados, os escravos em minoria simularam um ataque saindo “cada um com o seu cacete”, ficando presos os cabeças Manoel e Francisco enquanto os outros escapavam para o mato.

A senzala era dividida em duas partes, uma delas para os casados e outra para os solteiros, sendo a primeira provavelmente dividida em cubículos (ou quartos), com um corredor comum. O ataque foi feito primeiro na seção dos escravos casados, até que os solteiros percebendo a invasão atacaram os intrusos. Dois escravos casados (Venceslau e Mateus Moçambique) e três solteiros (Romão, Cândido e Pedro Pernambuco) fugiram na véspera ao perceberem que alguma “amarração” estava sendo planejada, principalmente quando o feitor recolheu todas as chaves da senzala, contrariando o costume de uma das chaves ficar “na mão de um preto”.<sup>18</sup>

O capataz João – odiado pelos escravos – demonstrou que não só era vingativo como imprevidente e ao voltar ao seu antigo cargo causou insegurança nos trabalhadores cativos, ameaçando-os e “andando todo armado na fazenda”. Respondendo a um dos questionamentos da polícia, Francisco descreve uma cena que ilustra bem o confronto que estava existindo na fazenda entre capataz e escravos. No domingo, com o capataz “*todo armado*” e acompanhado de um peão livre e do administrador da fazenda, Francisco aproximou-se para uma conversa de trabalho “armado de facão” (isso nas palavras da polícia). Com o argumento de que apenas trazia no cinto o facão que usava no mato em seu serviço de falquejador, Francisco procurou isentar-se de qualquer atitude agressiva, mas podemos imaginar a elevação da tensão no encontro destes indivíduos quando – sem qualquer declaração formal de guerra – grupos rivais comunicam através de gestos e mudanças comportamentais que as negociações estavam por um fio e que um desfecho desagradável seria bem provável.<sup>19</sup>

<sup>18</sup> Dormiam lá naquela noite Pedro Cabinda, Pedro Crioulo, Justo, Antônio, José Maria, Manuel e Chico Alfaiate, além do preto velho Luiz e de 2 crioulinhos, Miguel e Ventura. Em nenhum momento da investigação são citadas mulheres.

<sup>19</sup> Falquejador: “oficial que falqueja; falquejar; Falquear: aparar com o machado a casca, e tanto do toro de madeira, quanto é necessário para que fique com 4 faces regulares em quadrado, outros dizem Falqueajar”. SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922: p. 7-8. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789)

No caminho para a cidade, os guardas encontraram alguns “parceiros” dos escravos presos e tiveram que recuar temendo uma luta direta que poderia alastrar o conflito por outras fazendas vizinhas. Nos interrogatórios, a polícia logo quis saber se existiam contatos e conversas entre escravos das várias fazendas da região (o que configuraria uma insurreição) e se os escravos habitualmente usavam cacetes. Quanto ao segundo quesito, sobre andarem armados, o preto Manoel respondeu que sempre portavam cacetes “para passear”.

A descrição que nos é dada da senzala da fazenda esclarece que várias negociações já haviam sido feitas, melhorando as condições de vida dos cativos da fazenda. Estas melhorias não eram feitas com prejuízo do senhor, já que estamos tratando de um período em que o tráfico internacional de escravos havia sido proibido e que o aumento das taxas de natalidade do plantel de escravos era recomendável. Outras informações nos dão a imagem de que os escravos da fazenda Conceição há tempos vinham conseguindo garantir alguns direitos, como o trânsito controlado pelos arredores da propriedade (o escravo Francisco havia conseguido um cavalo emprestado para ir a casa de seu sogro, um negro forro), além de um certo controle de sua moradia (a chave da senzala) e outras regalias duramente conquistadas (cativos haviam pedido ao senhor para comprarem um cavalo, o qual “não deu com certeza, mas que prometeu se cumprissem com suas obrigações”).

A situação na fazenda parece ter se tranquilizado, pois não foi instaurado nenhum processo, parecendo que apenas o habitual *tratamento* policial (com chicotes e outros tipos de agressão) tenha sido colocado em ação. Mas a tranquilidade não permaneceu por muito tempo na região. No final do mês de novembro de 1864, o Delegado de Polícia de Taquari pediu auxílio às autoridades provinciais, participando o descobrimento de uma insurreição de escravos naquele termo. Os líderes logo foram identificados e sua incômoda presença no município foi resolvida, com a remessa “dos cinco principais cabeças” para a capital.<sup>20</sup>

No período do levante, o município de Taquari era dividido em dois distritos, com 30 quarteirões e 1.177 fogos, sendo sua população total de 9.932 habitantes, dividida em 6.995 livres (70,4 %), 236 libertos (2,37 %) e 2.701 escravos (27,2 %).

Além da prisão e envio dos líderes para fora do município, o Chefe de Polícia ainda enviou para o foco do possível conflito, “força, armamento e

<sup>20</sup> AHR5 - Secretaria de Polícia, maço 8, Ofício nº 644, de 19/11/64.

munições necessárias”. Alguns dias depois, o Delegado informou que a insurreição descoberta na mesma vila “não estava tão adiantada como se supunha”, e por esta razão achava-se “desvanecido o pânico de que se possuíram as famílias e habitantes daquele termo”,<sup>21</sup> pedindo apenas “algumas algemas e machos”. Em 29 de novembro, com as investigações terminadas, o Presidente da Província oficiou ao Ministro da Justiça informando os acontecimentos e as providências tomadas.

Desta vez o trabalho do historiador foi facilitado pela certeza dos contemporâneos do levante na sua realidade. Indiscutivelmente, as autoridades da época acreditaram nos preparativos da insurreição – confirmada por inúmeros depoimentos de cativos –, pois um processo crime foi instaurado.<sup>22</sup> Seis cativos foram indiciados como réus. Eram todos crioulos e podemos perceber que algumas características comuns uniam os líderes da fracassada rebelião. Todos estavam na faixa etária mais valorizada em termos de mão-de-obra escrava, considerada como auge da força física e capacidade de trabalho – entre 20 e 30 anos –, se ocupavam em atividades eminentemente rurais (lavradores/campeiros) – com exceção de Carlos que trabalhava na navegação fluvial –, e eram originários de Taquari ou de seus arredores, ou moravam no termo há vários anos. Pelos depoimentos, estas características comuns são reforçadas por fortes laços de amizade – solidariedade de status e gênero –, e no caso de Joaquim e Domingos por relações de familiaridade – eram irmãos.<sup>23</sup>

Domingos foi o primeiro a falar, após receber alguns “laçassos” de seu senhor. Ao todo, foram arrolados como testemunhas informantes quinze escravos e quatro pretos livres, os quais confirmaram a movimentação que ocorria entre a escravaria de Taquari. Apenas os cativos Bento, Simião, João e Benedito negaram qualquer conhecimento a respeito, sendo pressionados pelas autoridades. No Auto de Perguntas de Benedito, “mandou o Juiz declarar que apesar da negativa do informante, contudo se conhecia que ele por alguma forma se negara de dizer a verdade”. Já no de João, que não quis acrescentar nada além do seu total desconhecimento do levante, “mandou o Juiz declarar que se conhecia estar o interrogado em negativa por não querer comprometer aos demais”. Os negros interrogados no inquérito policial serviram para que juízes e advogados tomassem conhecimento do que havia sido tramado, mas na etapa seguinte presidida por um Juiz de Direito, sete comerciantes ou

<sup>21</sup> AHRS – Secretaria de Polícia, maço 8, Ofício nº 646, de 21/11/64.

<sup>22</sup> APERS – Cartório Cível e Crime, 1865, Tribunal do Júri, Nº 2116, Maço 28.

<sup>23</sup> Existe a possibilidade de que Ventura e Carlos também fossem irmãos de Joaquim e Domingos, mas nossa única pista a respeito é a referência ao mesmo nome da mãe – Maria.

lavradores brancos, testemunharam o que sabiam “por ouvir dizer” ou por terem assistido nos interrogatórios.

Alguns escravos duvidaram das possibilidades de êxito, ironizando os preparativos, e com isso tornaram-se alvo do ódio dos rebeldes. O preto Batista,<sup>24</sup> ao encontrar Antônio numa venda, foi convidado por este para “se aliciar com ele e outros afim de fazerem uma reunião e passarem na Vila de Taquari, e depois irem para os castelhanos”. Batista então respondeu que “em nada se metia, e que o que eles queriam eram uma corsa de laço, ao que respondeu-lhe o preto Antônio que ele se havia de arrepender, por que depois de eles se reunirem, os primeiros a quem matarão era ele interrogado e os que se quisessem furtar-se de os acompanhar, e que era uma lástima ele ter vestidas aquelas calça”.

O Promotor Público Eugênio Cardoso Malheiros, concluiu que os réus deveriam ser incurso no crime de Insurreição (artigo 113 do Capítulo 4º, do Código Criminal de 1831).<sup>25</sup> Como se suspeitou da participação de um liberto – João Marçal –, que não chegou a ser indiciado, Malheiros combinava tais penas com o artigo 114 (*Se os Cabeças da insurreição forem pessoas livres, incorrerá nas mesmas penas impostas, no Artigo antecedente, aos cabeças, quando são escravos*). O plano elaborado – que diziam que seria executado em 23 de novembro –, tinha algumas similitudes com o de Porto Alegre. A revolta começaria em um *fandango* numa chácara fora da vila, onde uma terneira seria carneada, sendo provável que nem todos seriam avisados de que se tratava de uma conspiração visando uma insurreição, mas tão somente de um encontro lúdico entre pares. Nesta “reunião de parceiros”, após terem convidado a escravaria das fazendas vizinhas, partiriam para tomar conta da vila, matando em primeiro lugar “a seus senhores, e depois [...] os mais brancos, e mesmo os pretos que não quisessem reunir com eles”.<sup>26</sup>

O ponto de encontro desta segunda parte do plano era o cemitério, onde pretendiam “forçar as grades [...] arrancando dali barras de ferro que

<sup>24</sup> 30 anos, solteiro, filho da preta Angélica, de Triunfo, Lavrador.

<sup>25</sup> “Das diligências efetuadas se depreende que [os réus] concertaram entre si para se reunirem, animados do propósito de se dirigirem à vila de Taquari, e ai assaltarem diversas casas, matando os que lhes resistissem e subtraindo o dinheiro nelas encontrado, seguindo logo depois para o Estado Oriental, onde pretendiam recuperar a liberdade. Para este fim já haviam convocado um avultado número de escravos, muito superior ao de vinte, que deviam aguardar a designação do dia em que a insurreição devia ser levada a efeito. Consta mais que o liberto João Marçal foi um dos mais empenhados no plano da insurreição, aliciando escravos, principalmente pelo intermédio do escravo Joaquim, com quem entretinha estreitas relações de amizade”.

<sup>26</sup> Depoimentos de Boaventura, preto, escravo de Damásia Joaquina da Silva, 23 anos, solteiro, filho da preta Maria, de Taquari, lavrador, e Domingos, preto, escravo de Antônio Caetano de Oliveira, 28 anos, solteiro, filho da preta Maria, de Taquari, Lavrador.

tem a configuração de lanças”, e deste ponto elevado desceriam invadindo Taquari.<sup>27</sup> A idéia de ocupar a vila não era só dirigida a conseguir armamento, roupas e dinheiro, mas “escangalharem tudo”, causando a maior confusão possível, o que facilitaria a fuga.<sup>28</sup> O plano dos cativos *discriminava personalizando* quatro pontos principais de Taquari que deviam ser atacados: 1º o Tenente Coronel Francisco Patrício Xavier de Azambuja, Comandante do 10º Corpo da Guarda Nacional; 2º o Delegado de Polícia João Ferreira Brandão;<sup>29</sup> 3º o Tenente-coronel Albino José Pereira, Vereador e Comandante do 21º Corpo da Guarda Nacional;<sup>30</sup> 4º o Major Fernando Augusto Maximiliano Kersting,<sup>31</sup> Juiz Municipal Suplente.

O esquema que mobilizaria de 20 a 50 cativos, mapeava com clareza os centros municipais de poder – Guarda Nacional, Polícia, Vereadores e Justiça, os quais, devidamente desorganizados, não só forneceria “o que precisavam”, mas retardaria a reação das autoridades. O ataque à casa do Tenente-coronel Patrício tinha também como objetivo obterem o seu fardamento de oficial, o qual seria usado pelo líder Ventura,<sup>32</sup> e dali então partiriam para a campanha ou ao Estado Oriental “aonde prestariam seus serviços contra o Brasil se preciso fosse ou permaneceriam no gozo da liberdade, distribuindo entre eles o gozo do saque”.<sup>33</sup>

Com exceção de Bento – que disse só ter tomado conhecimento do plano após a prisão –, os demais denunciaram Joaquim como o mentor do plano e o divulgador dos convites para a revolta. Joaquim em seus dois depoimentos demonstrou muita coragem, não negando sua participação no plano, mas apontou o Tenente Bernardo dos Santos Praia como quem realmente havia concebido a insurreição:

---

<sup>27</sup> Depoimento de Afonso Luiz Esteves, solteiro, 21 anos, de Rio Pardo, morador em Taquari, proprietário de uma Casa de Comércio.

<sup>28</sup> Depoimento do crioulo Pedro, escravo de Francisco Luiz da Silva, 20 anos, filho da preta Cândida, de Taquari, Lavrador.

<sup>29</sup> Delegado de Polícia até meados de 1866, quando pediu sua demissão, sendo substituído pelo Major Kersting; vereador entre 1865/1867; Juiz Municipal em 1856. (AHRs - Requerimentos, Polícia, 1866, maço 131)

<sup>30</sup> Vereador de 1853 a 1869. AHRs - Guarda Nacional, maço 102.

<sup>31</sup> Delegado de Polícia do termo em 1867, - Juiz Municipal e Órfãos de Taquari entre 1866/1868. AHRs - Justiça, maço 100.

<sup>32</sup> Depoimento de José Rodrigues dos Santos, 34 anos, casado, natural e morador de Taquari, proprietário de uma casa de comércio.

<sup>33</sup> Depoimento de Silvério José Marques, casado, 59 anos, natural e morador de Taquari, vivia de sua lavoura.

[...] o qual declarou que havia de levantar um Batalhão de escravos para irem para a Campanha depois que se acabassem as eleições, e que depois de terem os negros passado a linha, o Tenente Praia voltava, e que havia o mesmo Praia concebido o projeto de saquear várias casas, e depois dos negros arregimentados haviam de ter um instrutor que era Bernardino Dominginho.<sup>34</sup>

O Tenente Praia era bem conhecido na cidade. Nascido em Triunfo, com 49 anos, filho de Antônio dos Santos Praia e Ana dos Santos Praia, era o Coletor das Rendas Provinciais da Vila de Taquari, e Tenente Quartel-mestre do 10º Corpo de Guardas Nacionais.<sup>35</sup> Acareados, Joaquim sustentou a acusação e Praia disse que nada sabia e que nem conhecia o cativo.

A palavra de um escravo não sensibilizou minimamente os juizes para a participação de um branco por trás deste plano, sendo que o seu nome realmente não apareceu em nenhum dos outros depoimentos. Fica-nos a possibilidade de que Praia tivesse o projeto não de liderar ou estimular uma insurreição, mas tumultuar o período eleitoral, e que seu plano acabou sendo *assumido* por Joaquim, que tratou de levá-lo adiante. Um dos escravos que receberam o convite, o preto Adão, depôs que Joaquim o havia informado que “a guerra nos castelhanos estava muito forte”, informação esta que talvez Praia tenha dado a Joaquim inadvertidamente, fornecendo assim informações

---

<sup>34</sup> No seu primeiro depoimento, na presença do Delegado de Polícia Brandão e do Promotor Público Eugênio Pinto Cardoso Malheiros, Joaquim foi ainda mais específico na sua denúncia; disse que há um mês mais ou menos, passando pela rua das Flores, foi chamado por Bernardo dos Santos Praia: “e este lhe dissera que se preparassem para daí há um mês mais ou menos ir com outros pretos a Casa da Câmara e algumas outras casas mais, para tirarem o dinheiro nelas existentes e seguir com este Praia para os Castelhanos; dizendo-lhe o mesmo Praia que podia falar a tal respeito com alguns outros pretos mais fiéis, de modo que não transpira-se entre os brancos; depois do que ele respondente, comunicou o que lhe havia dito Praia, a Domingos [...], Carlos [...], e Antônio [...] ao que estes responderam que sim, que estavam prontos para quando houvesse qualquer barulho. Disse mais ele respondente que Praia na ocasião que conversava com ele, dissera que Bernardino José Correia era aquele que tinha de ensinar-lhe e aos seus companheiros, o manejo de espada e de lança, para ficarem preparados, que tinha lugar perto do cemitério dos Alemães. Disse mais que do dinheiro subtraído havia de se fazer distribuição entre os que se tivessem levantado, de modo a que chegasse a todos[...] Acrescentou mais [...] que Praia dissera que indo eles para os Castelhanos, não voltariam mais e ficariam livres. Disse mais...que conversando com seu parceiro Domingos, este lhe dissera que estavam preparados para a insurreição alguns escravos de Albino de Freitas Travassos, entre os quais um de nome Cândido, que disse-lhe Domingos saber que não deixava de entrar no barulho, assim como os escravos Frederico, de Albano de Paula Guedes e alguns outros moradores do ri., Lino, de João Antônio de Souza, Boaventura, de Damásia Joaquina da Conceição, Bento, que não sabe o nome do senhor, e Antônio [?] de Pedro Gomes. Disse mais [...] que praia quando lhe fizera o convite dissera que havia muito armamento preparada em casa de José Russo, e nas colônias da Estrela. Disse mais, que há dias andava fugido da casa de seu senhor, por causa de uma sova que havia levado e que nesse tempo esteve em casa de Manuel da Fazenda, aonde o filho do mesmo deu-lhe um escrito a entregar a seu senhor, para que o desculpa-se, ao que ele respondente não anuiu”.

<sup>35</sup> No mesmo ano - 1865 - Praia conseguiu sua transferência para a reserva, escapando assim a marcha de seu corpo para a campanha, alegando ter 51 anos e várias enfermidades. AHRN - Requerimentos, maço 118, Guarda Nacional.

sobre o andamento do conflito e das possibilidades que ele abria para seus sonhos de liberdade.

Joaquim, Domingos, Bento e Carlos foram condenados unanimemente pelos jurados, que decidiram que eles haviam combinado entre si o levante para “obterem a liberdade através da força”. Joaquim foi considerado o “principal cabeça”, pois os demais tiveram sua pena diminuída pela circunstância atenuante de não terem pleno conhecimento do mal e direta intenção de o praticar.

Pela última parte da disposição do artigo 113 do Código Criminal, Joaquim recebeu 150 açoites e os demais 75, sendo depois entregues a seus respectivos senhores que se obrigaram a mantê-los com ferro ao pescoço por 2 meses, além de pagarem as custas. O Carcereiro em 18 de maio de 1865 expediu um atestado comprovando a aplicação dos castigos, distribuídos em três dias.

Antônio, filho da preta Joaquina, e que nos depoimentos mostrou-se contraditório em dizer a sua idade e local de nascimento, foi absolvido. Seu proprietário, Cândido Dobril, apresentou seis testemunhas que afirmaram que seu cativo era acostumado a embriagar-se sempre que ia a Vila, que não era turbulento, que nunca havia sido acusado de algum crime, e que era um “preto idiota - ou um tanto gira - como vulgarmente se diz”.

A historiografia sobre a escravidão certamente foi uma das que nos últimos anos mais se desenvolveram no Brasil. Intensas discussões foram travadas sobre a coisificação dos cativos, sua resistência, sua sociabilidade, estrutura familiar possível, etc. Muito se debateu sobre a interiorização por parte do cativo dos modelos de submissão almejados pelos senhores, e também sobre as maneiras que estes tinham de romper tal cadeia de passividade. Os historiadores chegaram a um contraponto radical entre a negociação diária entre escravos e senhores – que segundo alguns autores traria de volta a visão de um cativo benigno – e os rompimentos frontais através de quilombos, assassinato de senhores e revoltas. Segundo o próprio Domingos teria dito ao pardo João,<sup>36</sup> a conspiração insurrecional teria sido motivada

[...] por causa de uma patrulha que foi posta nos subúrbios desta vila, para obstar os passeios e mesmo alguns furtos e queima de casa, que tem aparecido, ele ia ajuntar uma porção de parceiros para virem acampar no alto do Cemitério, e daí atacar esta vila para dar muita bordoadada e é provável que matar o que pudesse.

<sup>36</sup> 20 anos, solteiro, filho da preta Eva, de Taquari, lavrador, escravo de Isidoro Teixeira Santiago.

Também o campeiro Serino,<sup>37</sup> que declarou ter demonstrado oposição ao levante por achar que era uma “loucura”, disse que o motivo de terem projetado “semelhante atentado” era por uma patrulha que o Subdelegado Vila Nova “tinha posto nos subúrbios desta vila, para obstar os passeios que costumavam fazer os mesmos pretos”.<sup>38</sup>

Os passeios costumeiros destes pretos eram vitórias quotidianas duramente conquistadas, e não podem ser menosprezados. Ao perceberem a imposição de limites aos seus passeios, estes escravos decidiram abandonar uma estratégia de resistência “passiva” a desumanização do escravismo e passaram aos planos de insubordinação aberta. Assim, percebemos que revolta e negociação cotidiana não são planos antagônicos, mas estratégias de resistência/sobrevivência colocadas em ação conforme as possibilidades de êxito ou fracasso verificadas pelos atores sociais em determinados contextos. No caso, a Guerra do Paraguai criou um quadro *favorável* para insurreições, que em outros momentos pareceriam formas de suicídio coletivo, ou mesmo simplesmente teriam sido descartadas enquanto planos de ação pelos cativos.<sup>39</sup>

Acessar os documentos e correspondências enviados ao ministério da justiça pelo presidente da província nos traz sempre algumas informações extras, que não aparecem nas partes policiais e processos judiciais.<sup>40</sup> Sabemos, por exemplo, que a insurreição chegou ao conhecimento das autoridades, pois “em uma noite em que conversavam diversos pretos em uma das ruas desta Vila, em horas adiantadas, foram ouvidos por uma preta em lugar oculto, algumas palavras deles, em que convidando a algum dos presentes relataram alguma cousa de seus projetos”. O nome da preta não foi divulgado, mas sabemos que pertencia ao senhor Francisco Caminha. O projeto dos insurgentes era “reunirem uma grande porção de escravos das Fazendas deste distrito, em número de mais de 800 [...] saquear a povoação, roubar as mulheres e com elas fugirem para o Estado Oriental”. As averiguações policiais não descartaram a

<sup>37</sup> Preto, escravo de Albano de Paula Guedes, 40 anos, filho da preta Maria, de São Jerônimo, Campeiro.

<sup>38</sup> Trata-se de José de Azambuja Vila Nova, nascido em Triunfo, 49 anos, vivia das rendas de sua fazenda. Vereador na legislatura 1865/1867.

<sup>39</sup> O escravo Martinho, em 1868, tentou assassinar seu senhor Urbano Correia de Melo em Porto Alegre, quando este quis impor obstáculos ao costume que tinha de liberação ao cativos dos domingos e dias santos (APRGS - Júri - Processo 1176, maço 40). Conforme Emilia Viotti da Costa: “normas e usos costumeiros geravam expectativas em ambos os lados” e a violação poderia provocar vários atos, como fugas, reclamações e greves – “enquanto os senhores sonhavam com o poder total e a obediência cega, os escravos entendiam a escravidão como um sistema de obrigações recíprocas. Eles presumiam que entre senhores e escravos havia um contrato tácito, um texto invisível que definia regras e obrigações, um texto que usavam para avaliar qualquer violação a seus ‘direitos’”. COSTA, op. cit., pp. 89, 99 e 100.

<sup>40</sup> ANRJ - SJ/GM/OPPRGS - IJ1586 (ofício 274, de 29.11.1864).

ligação entre os sediciosos de 1863 e os do ano seguinte. Quanto ao plano de seguirem para os castelhanos, corria a notícia “de ter chegado a este Termo, vindo do Estado Oriental, onde se achava refugiado, um preto irmão de dois dos escravos implicados”. Este escravo fugido deveria ser um vaqueano que poderia guiar os levantados até a fronteira e mesmo mais além. Depois de muitas investigações, porém, a polícia considerou que o plano ainda não estava maduro, “sendo o susto dos habitantes mais imaginário do que real”.

### **Escravos e prisioneiros de guerra paraguaios: Porto Alegre – 1868**

A comemoração do Divino Espírito Santo, ou simplesmente Festa do Divino, era a mais popular entre as festas de Porto Alegre no século XIX.<sup>41</sup> Grande concentração de povo de todas as classes tomava a praça D. Pedro 2º ou do Palácio – atual Deodoro da Fonseca ou da Matriz –, com danças, brinquedos, queima de fogos e bancas de comidas diversas. Tão tradicional era esta festa e com uma importância tamanha em termos de sociabilidade urbana e comemoração coletiva que mesmo a Guerra do Paraguai não interrompeu a sua organização. Aliás, talvez a persistência das autoridades e do povo na sua continuidade demonstre o quanto a capital ganhava com o conflito internacional que, longe de seu território, trazia consideráveis lucros com os preparativos militares, materializados no crescimento das atividades do Arsenal de Guerra e de outras fábricas médias e pequenas.<sup>42</sup>

Nos últimos dias de maio de 1868, os habituais cuidados das autoridades em evitar brigas entre praças da polícia e soldados do Exército – frequentes nestas festas<sup>43</sup> – e controlar os bêbados habituais ou ocasionais passaram a margem de um perigo sempre eminente nos períodos colonial e imperial brasileiro – a revolta da escravaria. Alguns dias depois da festa, na terça-feira dia 9 de junho, apresentou-se na Delegacia de Polícia da capital Gabriel Francisco de Oliveira trazendo consigo o seu escravo Antônio Maria, o qual tinha algumas “revelações” a fazer.

Gabriel Francisco de Oliveira tinha por volta de 46 anos, branco, analfabeto, nascido em Porto Alegre e era morador na estrada do Mato Grosso

<sup>41</sup> LAYTANO, Dante. *Folclore do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre, EST/Martins Livreiro, 1984, p. 321.

<sup>42</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu Comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983, p. 55.

<sup>43</sup> Uma descrição desta festa pode ser encontrada no Processo criminal montado graças a luta entre policiais e soldados na noite de 24 de maio de 1880. APERS - Sumário Júri, maço 53, processo 1410.

– atual Bento Gonçalves –, distrito de Belém, onde *vivia de lavouras*.<sup>44</sup> Antônio era preto, solteiro, nascido nesta Província, com 30 anos de idade e de profissão campeiro. O cativo contou ao Chefe de Polícia Belarmino Peregrino da Gama e Mello que fora contatado pelo cativo Dioniso, do negociante Francisco Ferreira Porto,<sup>45</sup> para uma *insurreição*, na noite do Espírito Santo, para a qual já estava “muita gente pronta e o necessário armamento”.<sup>46</sup>

Receando participar de uma empreitada que não parecia fadada ao êxito, Antônio Maria optou por denunciá-la ao seu senhor. Com promessas de gratificação, o Chefe de Polícia ordenou ao cativo que voltasse a encontrar Dioniso, e “procurasse entrar no segredo do plano”, descobrindo qual o esconderijo do anunciado armamento.

Na quarta-feira, Antônio Maria voltou a presença de Belarmino deixando-o desanimado, pois nada havia descoberto de novidade, sendo novamente mandado espionar seus companheiros revoltosos. Antônio Maria, ao que parece, assustou-se com a possibilidade de ser apontado como denunciante, pois, segundo o Chefe de Polícia, “retirando-se o escravo, não me apareceu mais, deixando-me ver neste seu procedimento o receio, talvez, de ser descoberto”. Era, certamente, o medo da “cidade solidária”, na qual a população negra cativa ou liberta, poderia tomar a justiça em suas próprias mãos, vingando-se do companheiro traidor. As próprias autoridades tomaram todas as medidas para que tudo fosse apurado em segredo, sendo o nome do escravo denunciante evitado mesmo no ofício do Chefe de Polícia ao Presidente da Província, sendo apenas entregue em correspondência a parte, diretamente em mãos.

Não conseguindo informações por espionagem, a polícia tratou de seguir as vias habituais de investigação. O Delegado de Polícia Cláudio José Monteiro foi incumbido de prender o pardo Dioniso, o qual foi interrogado “minuciosamente”. Não precisamos muita imaginação para perceber o que significava numa sociedade escravista, um interrogatório *minucioso* de um cativo! As técnicas de tortura em nosso país sempre foram por demais sofisticadas, e não demorou para que a confissão fosse conseguida. Foram apontados como “cabeças” dois escravos do mesmo Francisco Ferreira Porto: Teodoro e Patrício.

---

<sup>44</sup> Estes dados foram retirados do processo que investigou o assassinato de João Carlos Lindstron na venda de Bernardino Ouriques de Lima, localizada na beira da estrada do Mato Grosso, “ao recolher do sol” do dia 9 de fevereiro de 1861. O réu foi o pardo Luiz Albino, ex-soldado e carpinteiro, de 60 e tantos anos, natural do Bairro Boa Vista, no Recife (PE), e Gabriel Francisco Oliveira foi a 7ª testemunha arrolada. (APERS - Sumários - Júri, Porto Alegre, maço 33, processo 1000)

<sup>45</sup> Porto tinha um armazém de couros. AHRS - Requerimentos, maços 89, 90, 91, 141.

<sup>46</sup> AHRS - Polícia, Secretaria, maço 11.

A festa do Espírito Santo transcorreu normalmente naquele ano, pois a aglomeração de povo foi considerada um obstáculo pelos insurretos. Patrício calculou que a invasão da Praça do Palácio na noite da festividade poderia causar “muitas desgraças desnecessárias [...] como mortes de mulheres e crianças, pois teria de reinar grande confusão”. Assim, o levante foi adiado para a festa de São João, em 24 de junho. A escolha de um dia de festa para a revolta fazia parte das tradições relacionadas às sedições de cativos. Em função da aglomeração de povo, ocorria uma momentânea confusão dos aparatos encarregados pelo controle social e a reunião de cativos, com a justificativa da festa, corria menos risco de ser percebida.

Já nas vésperas do Natal de 1864, era “dada como certa” uma insurreição de escravos durante os festejos na Capela do Menino Deus. Esta primeira Igreja, inaugurada no Natal de 1853, era palco de grandes festejos religiosos anuais, oriundos de crenças populares vindas dos açores.<sup>47</sup> O Delegado Luiz Afonso de Azambuja, a bem “da boa ordem e tranqüilidade pública”, requisitou da Guarda Nacional 20 praças de cavalaria para “coadjuvarem o serviço da polícia”, e 20 espadas e talins do Arsenal de Guerra para armá-los. Os boatos do levante chegaram ao domínio público, e um grupo de teuto-brasileiros ofereceu-se “para correrem ao lugar do perigo”. Após os agradecimentos pela iniciativa, a autoridade policial mandou que, “em caso positivo”, deveriam “reunir-se no Quartel da Polícia”. Dizia o ofício:

Os abaixo assinados, tendo conhecimento de que V. Exa. tem tomado providências acerca dos boatos de uma próxima insurreição de escravos, e tendo em consideração as faltas de tropas que possam garantir a vida e propriedades dos cidadãos e suas famílias, os abaixo assinados reunidos com seus companheiros, em número de 60, tem resolvido oferecerem seus serviços na ocasião de perigo, dignando-se V. Exa. providenciar o lugar de reunião e fornecimento de armamento e cartuchame.<sup>48</sup>

<sup>47</sup> FRANCO, op. cit., p. 272; e MACEDO, Riopardense de. *Porto Alegre, história e vida da cidade*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1973, p. 192.

<sup>48</sup> AHRS - Secretaria de Polícia, maço 8. Em Aviso Reservado de 28 de novembro de 1865 o Ministro da Justiça pediu que as autoridades provinciais diligenciassem os autores de uma sublevação que deveria ocorrer em Porto Alegre, denunciada por uma carta anônima a ele remetida. A polícia tratou de montar atenta vigilância sobre estes pretos escravos, mas nada apontava que tivessem intenções sediciosas. A carta apontava vários pretos, entre eles Manoel, escravo de um alemão chamado Lourenço de Tal, que já havia sido vendido para fora da província. Além deste, eram citados os pretos Augusto (de José Inocêncio Pereira) e Pompeu (de Dona Maria Joaquina Corte Real), e Manoel Martinho e Clemente, não sendo apontados os respectivos senhores destes dois últimos. O subdelegado do 2º distrito da capital informou ao Chefe de Polícia que “depois das mais minuciosas indagações a que tenho procedido com o maior empenho, cautela e reserva, cheguei a íntima convicção de que semelhante denúncia anônima não tem o menor fundamento”. ANRJ - SJ/GM/OPPRGS - IJ1856.

Na sedição planejada em 1868, verifica-se que o dia de festa também seria utilizado para mobilizar cativos que não eram de inteira confiança dos chefes, os quais seriam convidados “simplesmente para um baile”. A “reunião” foi marcada para a chácara do Capitão Manuel Joaquim, morador no Caminho do Meio – atual Av. Protásio Alves –, onde um escravo do mesmo já teria providenciado “doze dúzias de cabos de lança para neles encravar-se facas e quaisquer outros instrumentos de forma a servirem de lança”. Estes lanceiros saíam em quatro divisões, sendo que três delas visavam a obtenção de armamento mais consistente e que atacariam, respectivamente, o Quartel da Guarda Nacional, o Laboratório Pirotécnico – onde conseguiriam dois rodízios –, e o Arsenal de Guerra. A quarta divisão “iria à cadeia soltar os presos que por certo auxiliariam a insurreição como retribuição da liberdade que obtinham”.

Mas afinal, qual realmente teria sido o plano dos insurgentes? Certamente que eles não se envolveriam em tamanha empreitada se não tivessem uma – mesmo que remota – esperança de obterem a liberdade. Não possuindo dados suficientes, seguiremos as pistas dadas pela esparsa documentação, sem receio de acrescentar mais uma representação/interpretação do que ocorreu, carregada de “talvez” e “quem sabe”.

Não nos escapa a possibilidade de que esta sedição não tenha passado de uma “fantasia” de alguns escravos, ou mesmo delírio das autoridades. Entretanto, a atenção que as autoridades policiais máximas da província deram também merece atenção pela dose de medo que comporta, e o fato de alguns escravos terem pensado em um projeto como esse pode nos revelar aspectos interessantes da mentalidade destes agentes.

Primeiramente, devemos salientar que a tentativa insurrecional de 1868 unia dois medos fundamentais no imaginário das elites – a escravaria e os estrangeiros. Pensar em uma ação conjunta destes dois atores sociais era um pesadelo recorrente. Como já salientamos, uma das divisões dos insurretos iria atacar o Arsenal de Guerra para conseguir armamento. Entretanto, esse não era o único objetivo do ataque a esta importante fábrica de equipamento bélico.

Os choques entre os Exércitos brasileiro e paraguaio geraram um considerável número de mortos e de prisioneiros de guerra. Estes prisioneiros foram retirados do palco do conflito internacional, sendo que alguns estavam em Porto Alegre trabalhando no Arsenal de Guerra, envolvidos no reforço do potencial do Exército brasileiro.

Os prisioneiros paraguaios estavam *encostados* à Companhia de Operários Militares e eram descritos nos relatórios dos diretores da época como “subordinados e bons trabalhadores”, havendo poucas deserções. Segundo o relatório relativo ao ano de 1868, em 1º de janeiro daquele ano existiam 49 prisioneiros paraguaios naquela instituição, “pagos em dia de seus vencimentos” e comportando-se bem. Ao longo do ano foram incluídos mais 11 e *capturados de deserção* 5, somando 65. Destes foram excluídos 13 por *deserção* e 2 por falecimento, permanecendo ao final do ano um total de 50 prisioneiros de guerra.<sup>49</sup>

Os paraguaios Gabino Flores, Floríbio Palácios, Julião Flores e Miguel Cácere já haviam sido contatados pelos escravos. Procurando escapar da culpa, Gabino depôs reconhecendo que Patrício lhe falara de um “barulho semelhante”, mas pensou que ele estivesse ébrio. Os prisioneiros paraguaios, ao que parece, tinham uma mobilidade considerável no espaço urbano, se considerarmos que ocorria um conflito internacional de grandes dimensões. Gabino, apesar de não ter dado importância ao convite de Patrício, “por prevenção comunicou a seus patrícios e disse-lhes que era conveniente dormirem no quartel na noite do Espírito Santo, para evitarem qualquer coisa que se pudessem dar”. Um dos elementos que aponta para a participação efetiva dos paraguaios eram as informações que os cativos possuíam sobre as instituições que pretendiam atacar, quanto ao armamento e ao número de pessoas que nelas encontrariam. O Chefe de Polícia Belarmino, apesar de nada ter encontrado que confirmasse a cumplicidade dos prisioneiros paraguaios, considerou-os de “má vontade” e recomendou que fossem retirados da Capital.

O Chefe de Polícia considerava que “o movimento tinha por fim obterem os escravos a sua liberdade, a qual viriam dando vivas ao entrar na cidade”. Por mais improvável que pareça o êxito deste plano, devemos considerar que três elementos – unidos estrategicamente –, devem ter sido pesados pelos envolvidos como fatores que poderiam levá-los a vitória: a Guerra do Paraguai, o dia de festa e a participação dos prisioneiros estrangeiros. A inclusão destes últimos deve ter partido da constatação de que um plano que os considerasse aliados multiplicaria o pânico – fundamental no momento do levante, possibilitando uma fuga rápida –, e, talvez, auxiliasse no caso de uma remota

---

49 Estes dados podem ser encontrados nos relatórios anuais do Diretor interino Tenente Coronel Joaquim Jerônimo Barrão – ANRJ: SG/GM/OPPRGS – maços IG<sup>1</sup>590 (ofício nº 141, de 01.07.1868), IG<sup>1</sup>196 (ofício de 13.02.1869), IG<sup>1</sup>195 (ofício de 16.01.1867) e IG<sup>1</sup>197 (ofício de 31.01.1870). Os documentos policiais apenas mencionam os prisioneiros paraguaios, mas sabemos que o Arsenal de Guerra também era habitado por menores, órfãos e cativos insubmissos.

possibilidade de atravessarem a fronteira. Ou quem sabe a ideia – vinda dos cativos ou dos paraguaios –, não era iniciar uma sublevação interna da escravaria, mas tentar mudar o próprio rumo da guerra.

Os rumores da tentativa insurrecional vazaram e chegaram às ruas, gerando receios e estimulando vinganças. O Chefe de Polícia Belarmino enviou um ofício ao Comando Superior da Guarda Nacional de Porto Alegre e São Leopoldo, informando que o Guarda Nacional Manuel Polidoro havia altercado na fábrica de erva mate do espanhol D. Pedro com o preto Rafael, escravo do Major João Tomas de Andrade Lobo. Segundo os trabalhadores que presenciaram a briga, Polidoro não tinha qualquer razão para iniciar o conflito, chegando mesmo a espancar o cativo. Após, sabendo da sensibilidade das autoridades com a ameaça de insurreição,

veio a esta repartição denunciá-lo como entrado num plano de insurreição ultimamente descoberto, pelo que foi preso a minha ordem. Tendo incumbido ao Dr. Delegado de Polícia desta Capital de sindicarem deste fato, foi ele aquela fábrica e soube quanto acima fica expendido, verificando que só por despeito e desfaço, fez o dito G. N. tal denúncia.<sup>50</sup>

O Chefe de Polícia levou ao conhecimento do comando, o “reprova-do procedimento” deste Guarda Nacional, pedindo que fosse castigado por ter “iludido a autoridade, denunciando-lhe falsamente e com má fé aquele escravo.”

Patrício, o pardo Dionísio e Teodoro foram presos e castigados, sendo devolvidos aos seus senhores.<sup>51</sup> Não conseguimos maiores informações a respeito dos mesmos, sendo de supor que fossem punidos com o corte de suas relações afetivas – de amizade ou familiares –, sendo vendidos para outra Província. O plano de Antônio Maria – o escravo delator – parece ter dado certo. Por ter entregado seus parceiros Antônio conseguiu obter a liberdade. Inicialmente, as autoridades acenaram com a possibilidade de pagar ao seu senhor a quantia requerida – 1:400\$000 –, com a condição dele assentar praça nas forças armadas (afinal, o denunciante não levou ao extremo seu papel de dedo-duro, relutando assustado em espionar com mais detalhes), mas Gabriel Francisco de Oliveira negou-se: “por que neste caso não o venderia, porque também para semelhante fim não queria o mesmo escravo ser liberto”.<sup>52</sup>

<sup>50</sup> AHRS - Polícia, Códice nº 248, junho de 1868.

<sup>51</sup> AHRS - Polícia, Secretaria, maço 11, ofício de 27.06.68.

<sup>52</sup> AHRS - Polícia, Secretaria, maço 12 - Ofício 680 (28.08.1868), do Chefe de Polícia Interino Luiz de José de Sampaio, ao Presidente da Província.

Ao tomar *partido* de seu cativo o senhor Gabriel exteriorizava as relações íntimas que gozava com o mesmo e nos dá pistas de que nem toda a liberdade era melhor do que o cativeiro. Não temos como explicitar com clareza o plantel de escravos possuído por Gabriel Francisco de Oliveira, pois quando faleceu, em 13 de julho de 1892, a abolição já havia sido decretada.<sup>53</sup> A única alforria que encontramos por ele registrada em cartório foi a relativa a Antonio Maria. Mas além de Antonio e sua esposa Inocência, Gabriel possuiu, pelo menos, mais dois escravos. Em 9 de junho de 1873 faleceu o *seu* africano de cor preta Francisco, com 50 anos de idade, de enterite, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Em 13 de dezembro de 1876 foi registrado o óbito na Capela curada de Nossa Senhora de Belém do também africano Manuel, solteiro, de 64 anos, do qual não constava a causa da morte.<sup>54</sup>

Especulamos que Gabriel Francisco de Oliveira fosse um lavrador, proprietário de um pequeno ou médio plantel de escravos. Planos e ações tanto de escravos como de senhores possuíam autonomia relativa, já que não podiam, na maioria dos casos, isentar-se de considerar os demais atores sociais, com os quais coexistiam proximamente.<sup>55</sup>

Antonio Maria tinha seus motivos para recusar a alforria com a condição de servir no Exército. Além do risco de enfrentar a Guerra do Paraguai, este cativo provavelmente tinha uma boa relação com seu senhor e estava envolvido em uma relação familiar-afetiva com uma escrava do mesmo plantel. Alforriado em 21 de outubro de 1868, quatro meses depois, em 27 de fevereiro de 1869, Antonio Maria casou com Inocência, escrava de Gabriel Francisco de Oliveira, na casa de seu ex-senhor. O próprio Gabriel apadrinhou este consórcio, juntamente com o também lavrador Baltazar Cardoso de Oliveira, relação

<sup>53</sup> Quando da avaliação de seus bens, em 1895, Gabriel tinha uma casa de moradia no distrito de Belém, junto da estrada da Piririca, que segue para o Mato Grosso, coberta de telhas e paredes de pedra (em mau estado) e dois poteiros de campo e matos junto a esta casa, tudo avaliado por quatro contos de réis. APERS – 3ª Vara Civil de Porto Alegre, maço 23, auto 566.

<sup>54</sup> CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL DA SANTA CASA. *Africanos na Santa Casa de Porto Alegre: óbitos dos escravos sepultados no cemitério da Santa Casa (1850-1885)*. Porto Alegre: EST, 2007; AHCMPA - Livro 2 de óbitos da Capela Curada de Nossa Senhora de Belém.

<sup>55</sup> Segundo Norbert Elias: “Só a conscientização da autonomia relativa dos planos e ações individuais que se entrelaçam, da maneira como o indivíduo é ligado pela vida social a outros, permite uma compreensão mais profunda do próprio fato da individualidade. A coexistência de pessoas, o emaranhado de suas intenções e planos, os laços com que se prendem mutuamente, tudo isso, muito longe de destruir a individualidade, proporciona o meio no qual ela pode desenvolver-se. Estabelece os limites do indivíduo, mas, ao mesmo tempo, lhe dá maior ou menor raio de ação. O tecido social, nesse sentido, forma o substrato a partir do qual e para dentro do qual o indivíduo gira constantemente e tece suas finalidades na vida”. ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizatório*. Volume 2. Formação do estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 289.

abençoada pelo Monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro.<sup>56</sup> No cálculo entre participar da arriscada empreitada insurrecional, podendo perder o que conquistara em anos de trabalho duro, Antonio resolveu *trair* seus parceiros de cativo.

Infelizmente a vida de casamento sacramentado na Igreja Católica de Antonio e Inocência durou pouco. A crioula Inocência, nascida em Porto Alegre, de cor preta, faleceu em 12 de novembro de 1872, aos 36 anos de idade, de espasmo.<sup>57</sup> Tanto Inocência quanto Antônio, apesar de crioulos, são descritos como pretos. Observando os dados esparsos que temos sobre o plantel de Gabriel Francisco de Oliveira constatamos uma consistente presença de africanos. Assim, aventamos, será que a referência a cor preta não seria um indício de que este casal de crioulos era filho de pais africanos? E indo um pouco adiante, não teria a resistência de Antonio em participar da insurreição de 1868 sido provocada, além de suas boas relações com seu senhor, com o fato desta sedição ser organizada por *pardos*?

Em tempos de conflito internacional, o capital não estava disponível com tanta facilidade. Assim, somente em 21 de outubro daquele ano o Ministério da Fazenda Imperial liberou a quantia para a alforria, sendo a carta de liberdade registrada cinco dias depois. Neste documento omitia-se o real motivo da concessão, apenas trazendo no texto um vaga referência como “remuneração aos bons serviços”.<sup>58</sup>

As autoridades envolvidas – provinciais e imperiais – concordavam que *remunerar* Antonio Maria com a alforria seria muito eficiente em termos de reforço do controle social.

Se se realizasse esse atentado muitas desgraças se dariam, e como prêmio do escravo denunciante, que as evitou, não vejo outro senão dar-se a sua liberdade, que deve ser proposta amigavelmente pelo Chefe de Polícia ao senhor do dito escravo. Essa liberdade servirá para tornar vigilantes outros escravos, que de certo procurarão denunciar ao Governo iguais atentados. Creio, finalmente, que se deve louvar em Nome de S. M. o Imperador o Chefe de Polícia, pelo importante serviço, que acaba de prestar ao Governo e à causa pública.<sup>59</sup>

<sup>56</sup> AHCMPA - Casamentos de Belém Velho, livro 1º, folha 30.

<sup>57</sup> CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL DA SANTA CASA. *Africanos na Santa Casa de Porto Alegre: óbitos dos escravos sepultados no cemitério da Santa Casa (1850-1885)*. Porto Alegre: EST, 2007.

<sup>58</sup> APERS - LTPA nº 19, fl. 195. A demora também foi ocasionada por uma querela financeira. O Governo Imperial havia garantido que liberaria a quantia necessária para libertar o cativo denunciante, mas o Tesouro, porém, ordenou que a Presidência da Província do RGS indenizasse o senhor de Antonio Maria com a verba destinada as Despesas Secretas da Polícia. ANRJ - SJ/GM/OPPRGS - IJ1590 (ofício nº 141, de Porto Alegre, 01.07.1868)

<sup>59</sup> ANRJ - SJ/GM/OPPRGS - IJ1590.

## Estamos sobre um vulcão

Aparentemente, pelo menos é o que mostram as pesquisas feitas até agora, a conjuntura pós 1870 é outra, no que se refere a resistência escrava. Abrandam as referências das autoridades quanto ao papel subversivo de *pretos orientais* e outros tipos de agentes do outro lado da linha. As ações dos cativos continuam a ocorrer, mas nos parece que não tem mais como foco a alternativa fronteiriça. As movimentações tornam-se mais *intestinas*, com a ligação com aliados locais. Os estratagemas das fugas, das movimentações coletivas, dos quilombos não são abandonados, mas o investimento primordial parece ser distender as relações escravistas até o limite do rompimento.<sup>60</sup> Vestígios documentais nos apontam de que o rechaço ao cativo, por parte dos cativos e de eventuais aliados, se alterava.

Mesmo que tenhamos cartas de alforria sendo passadas ao longo de praticamente toda a trajetória do escravismo sulino é no período final do Império que elas se proliferam. Das 10.055 cartas de liberdade que encontramos registradas nos cartórios de Porto Alegre, entre 1748 e 1888, 3.843 delas, perfazendo 38,24 % do total foram passadas entre 1868 e 1888. Isso considerando a diminuição que temos do plantel escravo regional.<sup>61</sup>

No Mapa dos Crimes e Fatos notáveis ocorridos no Rio Grande em 1873, sob o título *Insurreição e ferimentos*, o Ministro da Justiça soube de um acontecimento peculiar ocorrido em Pelotas. Na noite do dia 11 de abril um grupo composto de *pretos* cativos de João Mendes de Arruda e outros livres, todos em número de dez, entraram na cidade “dando vivas à liberdade e à república, alarmando o povo daquela cidade, e ferindo gravemente a 3 praças da polícia”. O Delegado de Polícia reuniu tropa e povo e saiu em perseguição dos desordeiros, os quais “se reuniram em uma casa onde tinham preparado um baile, mas sendo avisados por um espia, fugiram todos para a casa do referido

---

<sup>60</sup> Machado argumenta que na década de 1880 a rebeldia escrava tomou *novas conotações* (MACHADO, op. cit., p. 92). Tais alterações, segundo Clóvis Moura, eram características do período do escravismo tardio, após 1850, quando os escravos constataram que não estavam mais sozinhos em suas estratégias de luta contra o sistema: “Enquanto o escravismo era uma instituição sólida e reconhecida somente os escravos lutaram radicalmente para extingui-lo”. MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. 4ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 29. Ver também: LONER, Beatriz Ana. 1887: A revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. *História em Revista (UFPel)*. Pelotas-RS, v. 3, p. 29-52, 1997.

<sup>61</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748 / 1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

Arruda, conseguindo apenas prender uma preta escrava do mesmo Arruda, que confessou quem eram os autores, e quais seus planos”.<sup>62</sup>

João Mendes de Arruda tinha na época uns 66 anos de idade, era criador e charqueador, e residia no 23º quarteirão do 1º distrito de Pelotas.<sup>63</sup> Segundo o historiador Mario Osório Magalhães,<sup>64</sup> Arruda tinha uma charqueada nas margens do arroio Fragata e uma mansão no bairro de mesmo nome, onde ocorriam *inesquecíveis saraus*. O termo *insurreição* aparece no documento policial apenas exteriorizando o pânico das autoridades e do povo com a movimentação dos cativos. O porquê desta comemoração fica no nível das cogitações. Intensificava-se no Brasil o movimento republicano e no caso do Rio Grande do Sul a experiência da guerra civil farroupilha talvez tivesse tornado os cativos ainda mais sensíveis a este tipo de propaganda, conectando república e abolição. Talvez os cativos de Arruda estivessem promovendo (ou acompanhando) uma manifestação republicana em comemoração ao sete de abril, a data da abdicação de Dom Pedro I.<sup>65</sup>

O título deste último item de nosso artigo é uma referência a um artigo publicado no Jornal Mercantil em 6 de julho de 1881 que relatava a fragilidade da tranquilidade pública na cidade de Pelotas, pois “se tramava e caminhava em via de rápida realização uma revolta de escravos, combinados os da cidade com os das charqueadas”.<sup>66</sup> Segundo o periodista,

Sem sermos timoratos, sem tenções de espalhar o terror entre os nossos concidadãos, nem fazer ao longe recear pela nossa tranqüilidade, podemos afoitamente dizer: estamos sobre um vulcão. Sim. A Cidade de Pelotas, a terra da Ordem e do Progresso, do trabalho e da riqueza, está, infelizmente, ameaçada de uma calamidade, de uma desgraça que compromete o seu futuro, os seus interesses, a segurança e a honra de suas famílias. Não alarmamos, não exageramos, nem mentimos. Dizemos a verdade (p. 2).

<sup>62</sup> ANRJ - SJ/GM/OPPRGS - IJ1596 - Ofício de 31.05.1873. O Delegado de Polícia de Pelotas, nas vésperas do natal de 1870, contava ao Chefe de Polícia que um grupo de escravos da charqueada do Major Joaquim Rasgado, receosos de castigo de seu senhor ou capataz, *passou pela cidade*. Os sete cabeças do movimento foram presos, conduzidos até a cadeia civil e *moderadamente castigados*. AHRS - Delegacia de Polícia, maço 10, ofício de 23.12.1870.

<sup>63</sup> AHRS - Eleições - Maço 2 - Lista Geral dos Qualificados Votantes no 1º Distrito de Pelotas, 03.02.1865

<sup>64</sup> MAGALHÃES, Mario Osório. (Org.). *A Cidade de Pelotas*. 2ª vol., 3ª ed., Pelotas: Armazém Literário, 1998.

<sup>65</sup> No ano anterior, em Porto Alegre, uma comemoração pelo sete de abril no teatro São Pedro, promovida pelo redator do jornal republicano A Democracia, Francisco Xavier da Cunha, foi reprimida pela polícia. ANRJ - SJ/GM/OPPRGS - maço IJ1596.

<sup>66</sup> MCSHC - Jornal Mercantil, Porto Alegre, ano VIII, 06.07.1881, p. 2.

## Considerações finais

A fronteira, ou melhor, a estratégia de ultrapassar a linha fronteiriça, foi uma variável que apareceu reiteradamente nos documentos pesquisados, seja como objetivo principal dos planos sediciosos, seja como alternativa quando os intentos insurrecionais eram frustrados.

Insurreições e fugas coletivas foram projetos, muitas vezes, complementares. Mas fugir não era, normalmente, uma opção por viver uma vida à deriva. É claro que às vezes a fuga era intempestiva, sem planejamento. Fugia-se para evitar um castigo injusto, para passar alguns dias envolvidos em tramas afetivas e religiosas, para se dedicar sem atropelos em formas diversas de economia própria.<sup>67</sup> A fuga definitiva tinha o risco do desenraizamento e as raízes (familiares, afetivas) construídas em cativeiro não eram pouco profundas. Muitos cativos fugiam e procuravam voltar para a senzala onde tinham familiares. Assim, quando optavam pelo corte drástico de sua experiência de cativo, atravessando a fronteira, muitos dos cativos deviam estar sendo estimulados por parceiros e parentes que já haviam percorrido este caminho anteriormente. Ou então, o deslocamento em grupo preenchia esta deficiência de quebra dos laços forjados em cativeiro.

Se as fugas individuais, em dupla ou pequeno grupo foram possíveis (mesmo que difíceis) de realizar no Brasil meridional, as leituras políticas dos cativos lhes permitiam saber que fugas coletivas só eram possíveis em momentos particulares, de dissensões entre os grupos de elite. Mas como os cativos nos últimos anos já atingiram, no olhar historiográfico, o status de seres humanos, nossa dúvida passa a ser como se alimentavam e baseavam os cativos em suas interpretações políticas. De onde vinham as informações que os estimulavam a recorrer a tão drástica decisão de insurrecionar-se e fugir.

Bezerra Neto<sup>68</sup> menciona o uso de marinheiros escravos na navegação entre Cayena e o território brasileiro, que traziam informações sobre o

---

<sup>67</sup> Eduardo Silva alerta com perspicácia para a existência de diferentes tipos de fuga de escravos. Existiam as “*fugas rompimento*” que declaravam o fim das negociações e a busca de alternativas de vida fora de qualquer acordo com os senhores, mas também existiram as “*fugas reivindicatórias*”, uma espécie de greve que funcionava como um protesto por melhores condições de vida e trabalho e que tinham na maioria dos casos curta duração acabando com o retorno espontâneo do escravo ou da obtenção pelo mesmo de um *padrinho* que agenciasse a sua venda (com a permissão do senhor) ou o retorno para sua antiga senzala. Gabriel Debien chama estas curtas escapadas de *pequeno cimarronaje* ou *cimarronaje ligero*. SILVA, Eduardo. “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação”. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 62-78; DEBIEN, Gabriel. *Cimarronaje en el Caribe Francés*. In: PRICE, Richard. *Sociedades Cimarronas*. Madri, Siglo Veintiuno Editores, 1981.

<sup>68</sup> BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na Província do

que viam e sentiam, fazendo estas notícias “circularem pelas senzalas”. Os Presidentes da Província, em sua rotatividade pelas províncias, sabiam ser esta uma realidade presente em várias regiões, senão em todas, do Império. Jerônimo Francisco Coelho foi presidente da província sulina nos anos de 1856 e 1867 e quando este exercia este mesmo cargo no Pará, em 1848, mandou prender e castigar o escravo das fazendas nacionais José Antonio que estaria proferindo “palavras subversivas e perigosas nas circunstâncias atuais”, que eram “não ter medo de quem o governava pois que sabia o caminho de Cayena, onde o podião ir buscar”. A abolição, sob pressão inglesa, havia recentemente sido proclamada na Guiana Francesa.

Segundo Eugene Genovese,<sup>69</sup> “os brancos falavam demais e os escravos ouviam tudo”. Leituras em voz alta dos jornais diários nas tabernas, conversas dos senhores durante as refeições escutadas discreta e atentamente pelos cativos domésticos e informações que vinham do outro lado da fronteira diretamente através de cativos que de lá vieram. Quando dizemos que a fronteira não é uma linha que divide radicalmente as culturas, mas um local de circulação, de trânsito, de pessoas, de mercadorias, de ideias, pensamos em uma via dupla: escravos iam, fugidos ou não, e voltavam, clandestina ou legalmente.

Um dos itens inerentes a uma insurreição que tivesse como complemento a fuga para a fronteira era a participação de elementos vaqueanos, ou seja, “pessoa que conhece perfeitamente os caminhos e atalhos de uma região podendo servir de guia aos que precisam percorrê-la”.<sup>70</sup>

Na verdade, zona de litígio e intercâmbio, o Rio Grande do Sul possuía parte de seu plantel escravo formado de indivíduos que gozaram da experiência direta de residir, mesmo que temporariamente, do *outro lado da linha*. Transportar mercadorias diversas de um lado para o outro das zonas fronteiriças era uma situação permanente para muitos. O pardo Francisco, que escapou do cativeiro em 1848, era muito alto, de corpo regular, vestia uma jaqueta de pano azul e *falava muito bem o espanhol*. Em 1863 o senhor Antonio Diehl comunicava que de bordo do vapor Brasileira fugira um mulato de estatura baixa, de pouca barba, que caminha ligeiro e com passos curtos, *muito conversador* e que *falava castelhano*. Esse escravo era fujão habitual e quando assim procedia trocava de nome e engajava-se como peão. Seu senhor alertava que *se supunha que ele procurava caminho para a fronteira*. O crioulo fula João

---

Grão-Pará - 1840/1860. *Topoi* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro-RJ, v. 02, p. 73-112, 2001, p. 17.

<sup>69</sup> GENOVESE, Eugene. *Da Rebelião à Revolução*. São Paulo: Global Editora, 1983, p. 42.

<sup>70</sup> NUNES, Zeno Cardoso. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992, p. 522.

Barbosa, de 26 anos, quando fugia de seu senhor costumava mudar de nome e dizer ser forro. Ele tinha os *dentes arreganhados para fora*, estatura baixa e *falava castelhano*, afinal durante a guerra civil farroupilha havia residido no Estado Oriental. Seu senhor, ao levar seu cativo para o outro lado da linha divisória pensava salvá-lo da sanha farroupilha em recrutar escravos dos *inimigos da causa*, provavelmente nunca passou-lhe pela cabeça que enriquecendo a bagagem cultural de seu trabalhador com mais uma língua aumentaria sua capacidade de resistir.<sup>71</sup>

As rebeliões cativas são um tema fascinante e rico, ao qual não pensamos esgotar. Algumas transparecem com clareza sua intenção de rompimento (principalmente aquelas que funcionaram em épocas de guerra, como maiores chances de “vitória”), outras não passaram de “desordens” (que almejaram algum tipo de negociação com os senhores) e ainda haviam os arriscados boatos de insurreições que eram veiculados pelos senhores para “negociarem” com as autoridades públicas (como nos casos de recrutamento de capatazes e de divergências com autoridades locais).

### Abreviaturas:

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

AHMI – Arquivo Histórico do Museu Imperial (Petrópolis / RJ)

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

SG/GM/OPPRGS – Série Guerra, Gabinete do Ministro / Ofício do Presidente da Província do RGS

Artigo recebido para publicação em 03/06/2016

Artigo aprovado para publicação em 29/06/2016

---

<sup>71</sup> MCSHC – Jornal O Comércio, 13.03.1848; MCSHC – Jornal Mercantil, 20.03.1863; MCSHC – Jornal Correio do Sul, 21.11.1857.